

RETROSPECTO é editado pelo D.A. 22 de agosto e destina-se a divulgar junto aos estudantes, matérias publicadas pelos órgãos de imprensa, principalmente as de natureza jurídica.

III — O ESTADO DE S. PAULO

Cardeal indica professora para a Reitoria da PUC-SP

A escolha da professora Nadir Gouvea Kfourri para a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, anunciada ontem pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, surpreendeu até mesmo os professores que apoiavam o seu nome para o cargo: pela primeira vez, nos 30 anos de história da PUC, uma mulher assume a Reitoria. E também pela primeira vez o cargo é dado a um representante do grupo ligado a implantação da reforma universitária da PUC — hoje a segunda universidade do Estado, com 10 mil alunos, mil professores e 18 cursos.

A professora Nadir Kfourri, de 63 anos, vai assumir o cargo em novembro. Atualmente leciona "Estrutura Básica de Serviço Social" no curso de pós-graduação de Serviço Social da PUC. Mas já foi diretora do curso, ocupou o cargo de diretora geral do Centro de Ciências Humanas e ministrou cursos junto a escolas de Serviço Social de vários Estados. Trabalhou também nas escolas de Serviço Social de Madrid e Barcelona, como perita das Nações Unidas.

Seu nome, juntamente com o de Joel Martins, era um dos mais apontados por um setor do corpo docente

da Universidade. Ela fez parte do grupo responsável pela implantação da reforma universitária na PUC, que representa também o setor que defende "uma Universidade mais aberta e atuante".

Outro grupo concorrente ao cargo de reitor, o da atual administração, tinha como candidato potencial, segundo os muitos rumores que corriam pelo campus, o vice-reitor acadêmico, Celso Antonio Bandeira de Mello. A recondução do atual reitor, Geraldo Ataliba Nogueira, ou a indicação de um nome ligado ao grupo constituído por alguns professores do antigo *Sedes Sapiental* e por professores da Faculdade de Direito já era considerada fora de cogitação.

O terceiro grupo da PUC também apoiava um candidato com poucas chances: segundo os comentários, ele é formado por elementos ligados a Plínio Correa de Oliveira, presidente da TFP, e ao ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que se compõem, em determinados momentos, com a ala do atual vice-governador, Manoel Gonçalves Ferreira Filho. O nome deste grupo se-

ria o do professor João Pedro Galvão de Souza.

Apesar do grupo ligado a reforma universitária ser o que mais se aproxima das opiniões do cardeal D. Paulo Evaristo Arns sobre o papel de uma Universidade, os professores achavam pouco provável que recebesse a Reitoria. Este fato, em sua opinião, poderia criar uma crise com o corpo docente da Faculdade de Direito, que por 12 anos teve um de seus membros na Reitoria.

Por isso, todos achavam que a solução seria encontrada em um nome de fora, que fosse professor da PUC, como determinam os estatutos, mas que não estivesse demasiadamente envolvido com nenhum desses grupos. Os nomes mais citados na PUC eram os de Carvalho Pinto, Franco Montoro e Arrobias Martins, embora este último não pudesse ser candidato, pois não é professor da Universidade.

Outro fato, que servia para engrossar as expectativas em torno desses nomes, era o de que o novo reitor deveria ter experiência administrativa. Esta seria uma condição indispensável ao candidato pois considera-se que a crise financeira não poderia, mais uma vez, conturbar a Universidade.

Os principais problemas

Prosseguir a implantação da Reforma Universitária e impedir que a crise financeira, que já começou a ser superada neste ano, leve a PUC a novas situações de impasse são as principais tarefas que a professora Nadir Gouvea Kfoury precisará enfrentar, assim que assumir o cargo de reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a segunda universidade do Estado. Embora a PUC seja a universidade de São Paulo que sofreu maiores alterações com a reforma universitária, seus problemas para continuar esse processo ainda são muitos.

Os professores, principalmente dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais, do curso básico e da pós-graduação afirmam que, de fato, a PUC ainda não é uma universidade integrada. "As faculdades continuam funcionando isoladamente. O Conselho Universitário delibera sem qualquer comunicação direta ou indireta com os professores e as bases da Universidade; os quatro centros (Ciências Humanas, Ciências Biomédicas, Ciências Físicas e Matemáticas e Educação), que deveriam ser as entidades mais vivas da Universidade, sofrem do marasmo crônico, não se reunindo nem dentro do limite mínimo previsto pelo Estatuto; e o Conselho, órgão de representação das Faculdades, não chegou a ser convocado em 1975; os orçamentos são feitos pelas Faculdades, isoladamente, sem planejamento global, nunca tendo sido divulgados".

Dentro da reforma universitária, a situação do ciclo básico — que na opinião de professores e alunos é o que existe de mais importante na PUC — terá que sofrer uma redefinição. No *campus* universitário é comentário corrente que a atual administração sempre viu com reservas o ciclo básico. Assim, as pretensões do grupo responsável pela sua implantação foram sendo progressivamente limitadas em função da chamada "adequação dos recursos financeiros" — expressão que se tornou básica durante a administração de Ataliba Nogueira.

Um exemplo disso é a mudança, por determinação da Reitoria, do esquema de trabalho dos seus professores. De acordo com o planejamento inicial, além do trabalho em sala de aula, os professores do ciclo básico, atendendo aos objetivos da reforma universitária, deveriam dedicar parte de seu horário a reuniões, planeja-

mento e avaliação conjunta. Entretanto, a administração considerou que esse sistema criaria uma situação estranha, já que os professores de outros cursos passariam toda a sua carga horária em salas de aula.

O corte de um grande número de professores, mais uma vez para equilibrar a receita e a despesa, forçou um aumento do número de alunos por classe, obrigando, ao mesmo tempo, que os professores assumissem mais classes, com consequente diminuição de suas outras atividades. A atual administração extinguiu ainda a possibilidade que os professores tinham, pelo próprio contrato de trabalho, de dedicarem parte de seu tempo para sua própria formação em nível de pós-graduação.

Se a nova reitora da PUC quiser realmente que a universidade se "abra para a solução de problemas reais", posição defendida pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, terá ainda que reestudar a situação do Conselho de Ensino e Pesquisa. Depois de adiar por muito tempo a sua criação, a atual administração resolveu constituir-lo há três meses: "mas o fez de forma que se tornasse inoperante — denuncia um professor da pós-graduação — já que ele conta com 40 membros". Segundo os professores da PUC, o Conselho, previsto pela reforma universitária, contrabalançaria a centralização de decisões, pois seus membros são eleitos. Além disso, ele influiria decisivamente na definição da política de ensino e pesquisa.

A futura administração também terá que encontrar fórmulas para contornar a deterioração das relações dentro da universidade. Essa situação, apontada por um grupo ponderável de professores e estudantes, é consequência da centralização implantada na PUC: "A participação no processo de tomada de decisões foi reduzida a níveis mínimos e mesmo os chefes de Departamento que quiseram ter um procedimento democrático, foram impedidos pelo sistema vigente".

Na verdade, as reclamações contra os rumos imprimidos à PUC pela atual administração são muitas e partem principalmente dos setores ligados às Ciências Humanas. O descontentamento cresceu principalmente porque quase todo a Universidade defendia, em

princípio, a gestão de Ataliba Nogueira.

Para o vice-reitor acadêmico, Celso Antonio Bandeira de Mello, a austeridade imprimida pela atual administração foi determinada pela necessidade de obedecer ao orçamento. Ele informou que a Reitoria é autônoma para definir a sua política educacional e a única limitação é de ordem financeira — a política econômico-financeira é traçada pelo Conselho da Fundação São Paulo, entidade mantenedora da PUC.

Nem todos concordam com esse argumento. Os professores lembram, por exemplo, que enquanto vários deles eram demitidos, as salas de aula do curso de Direito foram equipadas com aparelhos de som. Enquanto cursos como o de Geografia e Língua e Literatura Francesa eram fechados, foram criadas mais de dez especialidades na área de Direito, em nível de pós-graduação.

Entretanto, ninguém ignora a difícil situação financeira por que a PUC passou. Chopin Tavares de Lima, um dos membros do Conselho Administrativo e Financeiro da Fundação São Paulo (este Conselho foi criado há três anos com o objetivo de traçar uma política econômico-financeira para a Universidade), explica que a situação já começa a se estabilizar. Depois de sucessivas crises, que levaram ao atraso no pagamento de professores, a PUC contraiu um empréstimo de 60 milhões de cruzeiros com a Caixa Econômica Federal, para ser amortizado num prazo relativamente longo.

O Conselho Administrativo e Financeiro, entretanto, apenas estabelece o orçamento e faz recomendações. A aplicação da verba, lembra Chopin Tavares de Lima, é competência do reitor. Uma das recomendações feitas pelo Conselho, por exemplo, foi a racionalização de pessoal: "Apesar de ser excelente termos um maior número de professores, era preciso adaptar as condições da PUC à realidade. Quem cortar, é da alçada exclusiva do setor pedagógico, da Reitoria".



Para montar o quadro geral (com lacunas, resalto) da década de 60 do Movimento Estudantil da PUC, apelamos para a memória de: Pe. Enzo, Marjane (viúva de Luis Travassos), Henrique Suster (ex-presidente do CA S. Bento e coordenador do TUCA, grupo e auxiliar), Ciampa (ex-presidente do DCE), Elisabeth Carraza (ex-vice-presidente do CA "22 de Agosto"), Lill (ou Eliane Gouveia, ex-estudante de CL-Sociais), Elinei (ex-vice-presidente do CA S. Bento), Nagamine (ex-secretário da S. Bento). Também utilizamos entrevista com José Dirceu (dada a Bruno Blecher e publicada em 80 no Porandubas) e as edições da Revista da PUC. Agradecemos a todos (JC).

A DANÇA DAS CABEÇAS

Os anos 60 remexeram geral nas cabeças, mundo afóra. A pilula, Tropicalismo, Primavera de Praga, Beatles e Woodstocks, João 23, Cinema Novo e CPC, os festivais da Record, Maio de 68 na França, Concílio Vaticano 2º, Mini-Saia, os "Padres de Passat", a luta armada (last but not least), a Renúncia do Jânio, o Golpe de 64 e o AI-5 em 1968.

Na PUC o negócio foi o seguinte. A década começou com uma re-articulação da Faculdade S. Bento, com Pe. Enzo assumindo a diretoria em 61. Ele chamou o Nagamine para secretário e já começaram a esboçar uma reforma que deveria atingir a universidade (que na época não existia, era cada faculdade por seu lado, a Reitoria nem mandava nem aparecia e o que valia era o Diretor). Na S. Bento começou-se a diminuir o poder dos catedráticos que, sendo seis, acabavam decidindo contra todo o corpo docente. Enzo logo aumentou os cursos, chamou professores jovens vindos da JUC, apertou no vestibular que era uma moleza e conseguiu atrair mais gente. A Faculdade de Direito, que tinha muito prestígio, não mexeu na estrutura, sendo seu expoente o "Maneco" (Manoel Gonçalves Ferreira Fº, ferrenho anti-comunista). "O único que se salvava era o Montoro, lembra José Dirceu, tanto do ponto de vista intelectual como jurídico, se não me engano". Dia 25/2/61 a PUC deu o título de "Doutor Honoris Causa" para o Dr. Schultz Wenk, presidente da Volkswagen.

Em 63, como resultado de cursos de extensão em Psicologia Clínica, do Trabalho e Educacional, surgiu o curso de Psicologia da S. Bento, que durava 6 anos. Idealizado por Enzo Azzi o curso começou com proposta renovadora, iniciando novo tipo de relação professor-aluno.

A construção do TUCA esquentava as turbinas (foi inaugurado em agosto de 65) e os alunos já reclamavam do desvio de verba para um "elefante branco". Aliás, a S. Bento era discriminada na Tesouraria porque não dava lucro, o que não acontecia com o Direito. Por sinal, eram muito comuns atrasos de pagamentos de professores de até 3 meses mas

naquele tempo eles não reclamavam muito.

Em fevereiro de 64, invasões da reitoria uma semana antes do Golpe, a Reitoria foi invadida. O reitor era D. Antônio Maria, que morava em Campinas. Quem mandava ainda era o Pe. Vitor Nickelsburg, numa estrutura tribal. Os estudantes estavam descontentes com a mensalidade, discutia-se a situação das Integradas e das Agregadas (estas tinham fundações próprias, muito deficitárias) e o curso de Serviço Social masculino foi expulso sem aviso para dar lugar ao curso noturno de Economia. O governador, Adhemar de Barros (pai), queria usar a Força Pública para desalojar os estudantes. José Serra, presidente, da UNE entrou em contato com Jango que mandou tropas do exército acantonarem próximo ao campus, com ordem de intervir em favor dos estudantes. O Dr. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, acabou sendo convidado para Reitor pelo Grão-Chanceler, cardinal Mota, com total apoio dos 12 representantes estudantis no Conselho Universitário. "Bandeirão" ficou oito anos na Reitoria e comenta-se que foi de suas mãos que a PUC nasceu como Universidade.

Em agosto de 65 foi a inauguração do Auditório Tibirica, logo ocupado pelo grupo de teatro dos estudantes, o TUCA, que dia 11/setembro daquele ano estreou a peça "Morte e Vida Severina". Em maio/66, em Nancy, França, o grupo venceu o Festival Internacional de Teatro Universitário.

Nova invasão da Reitoria, em julho de 68, comandada por José Dirceu. "Bandeirão" espertamente, não ligou, os estudantes perderam as férias, a turma de Direito-despeitada por não ter sido convidada foi contra-e o movimento foi vencido pelo cansaço. Acabaram devolvendo a chave da PUC ao cardinal Mota.

ATIVIDADES DOS CAS

Nessa década, a PUC tinha reduzido número de alunos: 8 mil, distribuídos em 12 institutos, e mais 13 mil ex-alunos. A coesão e o clima comunitário eram grandes em todos os níveis. Dom Mota chegou a prestigiar em 1960 a inauguração da biblioteca do CA "22 de Agosto", que manteve o serviço de apostilas, um jornal mensal e uma revista, feira de livros departamento social, atlética e depto. jurídico. O CA S. Bento também promovia atividades para os calouros, debates políticos e científicos - a Reforma Universitária era assunto sempre presente e até o Pré-Filo, cursinho pré-vestibular. O CA Psico era muito politizado, pois o curso era novo e tinha idéias novas. Em geral, os CAS mantinham atividades junto aos movimentos populares, utilizando o método Paulo Freire - grande novidade é pouco em cursos de alfabetização.

Inclusive Nagamine, que era funcionário, e Lucrécia, que era professora (e da AP), tiveram contato com Paulo Freire nas experiências de Angicos e de Natal e mais tarde desenvolveram trabalhos em Osasco e no litoral paulista. Pe. Enzo deu cobertura e o grupo Folhas financiou algum equipamento. As lideranças estudantis falavam muito numa aliança sindical-estudantil-camponesa. Entre si, os CAS eram muito desarticulados e quase que só se encontravam no Conselho Universitário, onde junto com o DCE, tinham representantes.

ME NO GERAL

Até 67 o Movimento Estudantil no Brasil (ME) ainda estava estruturado nacionalmente. Embora sem dispor de DDD, deflagrava-se greve geral dos estudantes do país em um dia, já que as ordens eram passadas rapidamente às bases. Além de UNE, UEEs, DCEs e



CAs organizados, havia ainda as Executivas Nacionais, que reuniam os estudantes por áreas profissionais, tendo na base os Centros de Estudos, ou "centrinhos", onde se tratava da regulamentação das profissões, da organização de reuniões nacionais.

Depois do Golpe, o ME em boa parte se baseou nos estudantes da PUCSP, já que a USP estava muito reprimida, o Mackenzie era de direita e a Igreja nos dava cobertura. Diretorias da UEE e da UNE tiveram constantemente estudantes da PUC.

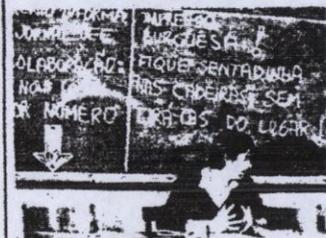
As bandeiras de luta eram a oposição à ditadura, ao imperialismo, a defesa da libertação latino-americana e a denúncia do acordo MEC-USAID. A nível universitário a briga era contra a Lei Suplicy que procurava atrelar os CAS transformando-os em DAs (Diretórios Acadêmicos) para cujas diretorias era-se obrigado a votar, sob risco de perder o ano. A Lei Suplicy foi derrubada na prática em 66-67 com uma bem-sucedida campanha de abstenção ou então com o "jeitinho" de eleger a diretoria do DA que depois doava verba e sede para o CA, ou ainda através da coexistência das duas diretorias mas com um tesoureiro comum...

REPRESSÃO

A resistência ao Golpe, num primeiro momento, foi sustentada pelos veteranos de 62, 63, o que determinou continuidade do movimento, mesmo porque a repressão mais forte começou em 68. Havia muito boato de listas de detenções, ameaças. Havia permanentemente gente estranha pelo campus da PUC. Sabia-se da existência dos dedo-duros. Os murais, muito utilizados volta e meia tinham artigos arrancados. Comentava-se que estavam nos arquivos do DOPS. A repressão legal, além da Lei Suplicy, ficava por conta do Decreto Lei 477 - espécie de AI-5 do estudante, que proibiu a atividade política da categoria.

Beth Carraza lembra que o "22 de Agosto" soltou um jornal tendo um gorila na capa, poucos dias antes da

ANOS



decretação do AI-5 (em 1968). Logo em seguida, a polícia invadiu o CA, que ficava onde hoje é a Fac. Comunicação e Filosofia. A partir daí, o CA mudou de estratégia, promovendo cursos de extensão e especialização, ajudados pelos jovens professores Bandeirinha e Ataliba. Parece que estes e outros cursos resultaram depois no Pós-Graduação. Depois de 68 o clima ficou muito pesado, neurótico mesmo, dentro das Universidades.

PARTIDOS E CORRENTES

Em quase todas as Universidades havia partidos internos. Os estudantes de Direito mantiveram vivos desde a década anterior o PIU (direita) e o PODA (esquerda) e, com Eugênio Montoro à frente, inventaram o PIRA, da esquerda católica.

60

escondiam sua filiação à TFP, suas ligações com o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), à organização para-religiosa Opus Dei, à revista Concilium e ao IBAD, "instituto" que repassou recursos para o Golpe. Alvos prediletos da reação na PUC eram "Monsenhor Vermelho" (Pe.Enzo) e "Rasputin" (Nagamine).

movimentos de massas. A AP manda gente para a China, fala-se em revolução cultural, preparam-se as guerrilhas. São líderes nacionais da AP, o Betinho (irmão do Henfil) em Belo Horizonte, o Jean Marc e o Aldo Arantes no Rio e o Travassos e Plínio A.Sampaio em S.Paulo.

Em 71,72, a AP racha. Aldo Arantes e José Carlos Guedes foram para o PC do B e Paulo Wright e Honestino criam a AP marxista-leninista.

O PCB conheceu pelo menos duas dissidências. A primeira partiu da crítica à (sua) atuação do partido diante do Golpe, numa atitude reformista. Estes críticos foram expulsos. Com a questão da luta armada, vem a segunda dissidência, o PCBR ("R" de Revolucionário), que adere à ALN de Marighella.

Capítulo à parte eram as assembleias foco de atenção dos partidos. Muito mais preparadas e manipuladas do que hoje, as assembleias eram um verdadeiro teatro, com rachas fictícios, falsas questões de ordem, sinais convencionais para se comandar as cotações. A tática cotidiana era ocupar espaços, nem que fosse o de tomador de conta das bolas da Atletica. Um dos especialistas em controlar plênários era o Suster, que tinha total intimidade com os meandros do regimento interno das Assembleias, que em boa parte lotavam a sala 28. A S.Bento adorava realizá-las, sempre muito concorridas.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Desde o início da década, além do desenvolvimentismo, os estudantes faziam também em reforma universitária. A questão acadêmica pegou fogo em 68, pois o ensino era considerado muito ruim. Nagamine e os professores Joel Martins e Casemiro dos Reis Fº haviam feito no ano anterior um documento, "Estudos Básicos para a re-estruturação da PUC". Por coincidência, o MEC soltou no mesmo momento sua proposta de reforma universitária, o que valeu aos autores do "Estudos Básicos" a fama de pelegos do MEC-USAID.

Em todo caso, 68 começou com experiências de paridade, defendida com veemência por duas estudantes de psicologia, a Téia (da S.Bento) e a Catarina Meloni (da Sedes). Professores e alunos em conjunto criavam "projetos de ação", havia cursos paralelos e complementares às aulas dos catedráticos. As paritárias projetavam experiências pedagógicas e a Reforma Universitária.

Em 69, responderam a inquérito com base ao DL 477, o Nagamine, Malufe, Suster, Azzi e um certo Guilherme Dutra. A Reforma Universitária produzida pela PUC se implantou em 71 e 72, baseando-se no Ciclo Básico e no Pós-Graduação.

CORAÇÃO DE ESTUDANTE

Como sentiam, como pensavam os estudantes? Os líderes começavam estudando muito, sendo bons alunos, e se preocupando com os destinos da Universidade. À medida do seu engajamento, era obrigados a largar o curso. Segundo Dirceu, o ME produziu uma grande revolução de costumes, ao romper com uma estrutura moral e a seguir social e cultural. Sem o ME, diz Dirceu, não teria havido Tropicalismo, Cinema Novo pois os estudantes se integravam com os artistas. Beth Carrazza diz que a preocupação cultural era mesmo maior que atualmente (ela fez a cena dos "irmãos das almas" no

TUCA, foi a Nancy e até hoje tem sobras da emoção incontrolável daquele momento).

A tentativa da "Reação" era desmoralizar o jovem no plano...moral. Dirceu lembra que após a invasão policial do CRUSP, os anticoncepcionais figuravam com destaque no meio do material subversivo... Aliás, a chamada revolução sexual apenas engatinhava. Questões nesta área geravam muito escândalo. Em 65 as mais afoitas foram proibidas de vir às aulas de calça comprida. Pois passaram à mini-saia, também proibida. Resultado: conquista da licença para a calça comprida... Meio nebulosamente alguém lembrou de um famoso pé-de-amora, no fim do campo de futebol (hoje Prédio Novo), onde os casais enamorados iam colher frutos...

A grande curtição era mesmo discutir nos bares política e os rumos nacionais. O Bar S.José, ou "Cardoso" (esquina de Monte Alegre com Caiuby) estava no auge. A forte mentalidade anti-burguesa fazia com que os poucos que tinham carro estacionassem longe do campus, para não dar na vista. Lia-se Hermann Hesse, Garaudy e Mounier, este objeto de muitos grupos de estudo. Segundo José Dirceu, a questão de "ir para a luta armada" não era discussão pública mas decisão individual.

ALGUMAS PESSOAS

São lembradas mais ou menos imprecisamente algumas lideranças da época. Luís Travassos, entrou em 65 na Fac.Direito, já sendo tesoureiro do DCE do Ciampa. Era da AP e tinha participado da JEC e da JUC. Em 66 foi presidente do DCE e no ano seguinte da UEE. Em 68 foi presidente da UNE, no Rio, onde foi "podado" pela dissidência do PCB, mas conseguiu abrir seu espaço. Pessoalmente era uma pessoa simples, de físico franzino, extremamente habilidoso e paciente, conseguindo reunir os opositos porque não era sectário. Depois de preso em 68, foi trocado em 69 pelo Embaixador Americano (Dirceu também) e foi para México, Cuba, Chile e RFA. Voltou em 79 no Brasil e morreu dia 24/2/82.

José Dirceu entrou para o Direito em 65 e, segundo dizem, ainda não era muito politizado. Em 67 foi presidente do CA e em 68 disputou a UEE com Catarina Meloni (da AP). Dirceu era da dissidência do PCB. Em 68 foi preso em Ibiúna e exilado em Cuba até 69. Hoje é secretário-regional do PT.

Antônio Ciampa foi presidente do Centrinho de Psicologia em 63 e da Executiva Nacional de Psicologia. Presidente do DCE em 64,65, era da AP. Na sua gestão e por sua ação, apareceu o TUCA. No DCE dos anos 60 ainda teve o Camilo Cintra, o Travassos, Nelson Cardoso, Antônio Xavier, Maluf, Barreto.

No CA B.Bento, atuaram o Antônio Xavier, depois presidente da UNE sucedendo José Serra. O Elinei foi vice do CA e presidente da Atletica, junto com o Juraci (marido da Vera), Maluf, Jura, Elinei, Ciampa, Suster, a Teca e outras meninas não lembradas estavam em todas as comissões e conselhos. Teve também o Carlos Luis Gonçalves e a Rosemary, que foi secretária do CA e sumiu em 68. No CA "22 de Agosto" teve o Funari, mais tarde presidente da UEE. O Ricardo Izar, do PDS, foi presidente do "22", que teve como outros presidentes o Bonumá, o Osmar, Beth Carrazza foi vice.



A hegemonia na PUC era da AP, que nasceu da JUC mas após um doloroso parto, acabou se separando. Por volta de 63 a JUC estava em extinção, tornara-se uma camisa de força. A Igreja não tinha resposta para o momento político, não saía do esquema PDC e não via além da sua Doutrina Social, produzida no Vaticano. Nos primeiros anos da década, a JUC tinha o PCB como adversário e a AP acabou sendo a saída para os descontentes dos dois lados. A AP foi uma versão leiga da JUC e teve seu auge entre 63 e 66, quando seus membros detinham postos-chave em todas as entidades legais.

Marjaneane identifica algumas fases na AP:

Até 65 ainda prevalecia a influência católica, falava-se em Teilhada de Chardin. Ainda havia uma certa identificação e, portanto, alguns liberdade individual. Após o Golpe, a AP ainda conseguiu manter sua articulação.

Muitos atribuem à AP o sucesso de "Morte e Vida Severina", que em muitos aspectos teve muito de movimento político, sendo um espaço possível de encontro e denúncia. Seus mentores - Roberto Freire, Silnei Siqueira e Ferrara e muitos de seus atores e colaboradores eram estreitamente ligados à AP. Ela funcionava na base de "células", usando textos de debate e promovendo cursos nos dominicanos. Dividiam-se seus militantes em "ampliação" (gente com adesão maior) e "área próxima" (simpatizantes).

Até 67, prevalecia a linha cubana, defendida por Altino Dantas. Lia-se e discutia-se muito os textos de Che, Régis Debray, Althusser. Os católicos foram expulsos ou então se tornavam marxistas. Começavam-se a treinar para a luta armada, aprendia-se a fazer coquetéis Molotov. A luta armada foi o divisor de águas.

A partir de meados de 68, o ME já está descharacterizado, sendo celeiro de quadros para a clandestinidade que aumentou com a repressão geral aos



Na São Bento o espectro era mais ideológico, convivendo nem sempre pacificamente a JUC, o PCB, a Ação Popular (AP) e a "Reação" (apelido da direita). A reação era muito forte e ligada aos catedráticos, que não

Porandubas

R. Monte Alegre, 984 - cep. 05014
Tel. 263.0211 ramal 227

Equipe: Jorge Claudio Ribeiro (M. Tb. 11.650)

Roberto C. Barreiro Fº (M. Tb. 3.038)

Edison Mendes de Almeida (M. Tb. 15.237)

Diagramação: Mauro Laguna
Composto e impresso: Editora AFA

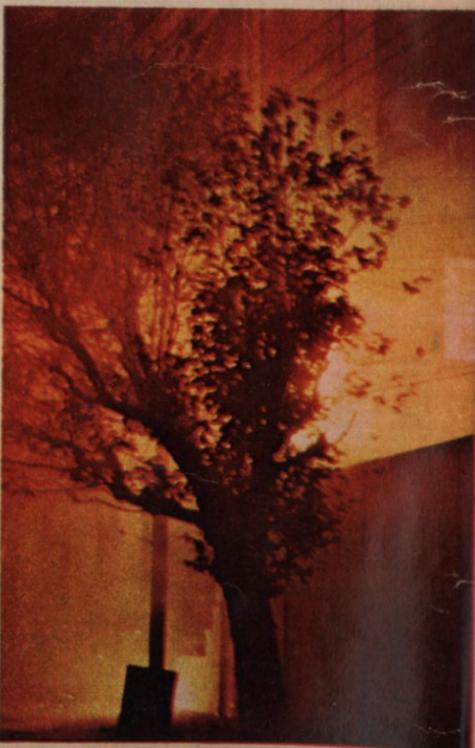
DESTRUIÇÃO E MORTE POR QUÊ?

JORNAL DA TARDE



O ovo veio antes. Estourou na cabeça de um estudante. Depois vieram outras explosões, de coquetéis Molotov, bombas, rojões, mais tiros de revólver, para transformar um pedaço da Rua Maria Antônia, no centro de São Paulo, num campo de batalha. Poderia ter sido mais uma briga, marcando a rivalidade entre os alunos da Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, uma em frente a outra se encarando com maus olhos há muito tempo. Mas a incrível batalha foi longe demais: há um morto, um môço de vinte anos, muitos feridos, os prédios de duas escolas danificados, vários carros virados e incendiados. No mesmo momento em que os universitários brasileiros reclamam um nível melhor de ensino e pretendem uma participação mais ativa na vida política do País, 3 mil estudantes do Mackenzie e 2 500 estudantes da Faculdade de Filosofia da USP deflagram a sua guerra por causa de um ovo. Para um estudante do Mackenzie, "essa briga prova que não há lugar para duas escolas na Rua Maria Antônia". É muito pouco para tanta violência. Uma coisa é certa: aos dois lados faltou a visão das conseqüências políticas e dos danos materiais que a briga provocaria — e faltaram líderes para deter a briga, antes que chegasse onde chegou. Ao lado do caixão de José Guimarães, o jovem secundarista que tombou na batalha sem glória, Dona Madalena, a mãe desolada, chora, enquanto o irmão mais velho, Ladislau, repete para cinegrafistas e fotógrafos: "Filmem e fotografem à vontade. Talvez tudo isso sirva para alguma coisa, um dia".

FOTOS: CARLOS NAMBA



Os estudantes da Maria Antônia: na batalha de rua, os rojões estão no ar, muitas vêzes sem destino, enquanto perto da escola em chamas e por trás das barricadas improvisadas há o gesto que se repete de estudantes em guerra. Os coquetéis Molotov foram usados como nunca: em menos de vinte minutos, um repórter contou mais de setenta.





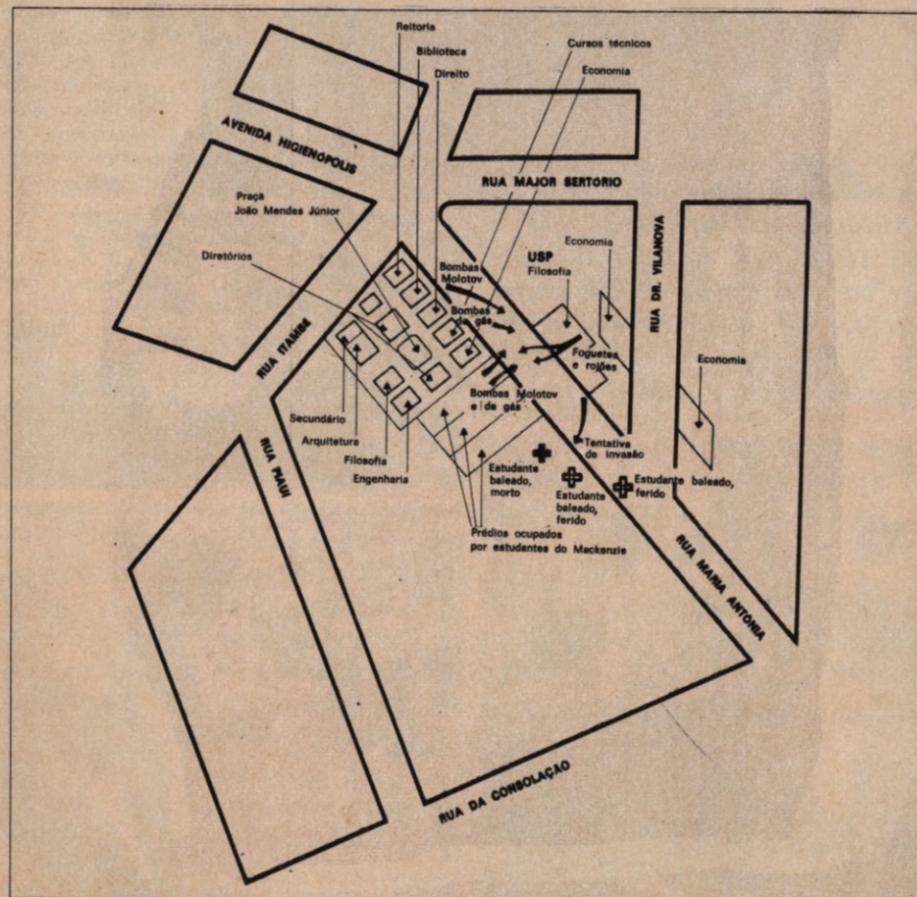
Flagrante: de um prédio ao lado do Mackenzie, o revólver aponta a máquina fotográfica.

Paus e pedras, bombas Molotov, rojões, vidros cheios de ácido sulfúrico que ao estourar queimavam a pele e a carne, tiros de revólver e muitos palavrões voaram durante quatro horas pelos poucos metros que separam as calçadas da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Exatamente às 10 e meia da manhã do dia 2, quarta-feira, começou a briga entre as duas escolas. Porque alguns alunos do Mackenzie atiraram ovos em estudantes que cobravam pedágio na Rua Maria Antônia a fim de recolher dinheiro para o Congresso da ex-UNE e outros movimentos

antigovernistas da ação estudantil, a rua em que vivem as duas escolas rapidamente se esvaziou. Formaram-se grupos dos dois lados: dentro do Mackenzie, onde estudam membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC); dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da ex-União Estadual dos Estudantes. As duas frentes agrediram-se entre discursos inflamados e pausas esparsas. Ao meio-dia a intensidade de batalha aumentou, porque chegaram os alunos dos cursos da tarde. O Mackenzie mantinha uma vantagem tática — os seus prédios

ficam em terreno mais elevado e são cercados por um muro alto. A Faculdade da USP está junto à calçada, num prédio cinzento e velho, com a entrada principal ladeada por colunas de estilo grego e duas portas laterais. A fachada não tem mais que 20 metros. Seu único trunfo: uma saída na Rua Dr. Vila Nova, perpendicular à Maria Antônia, bem de frente à Faculdade de Economia, também da USP. Nessa quarta-feira, uma enfermaria improvisada no banheiro da USP atendeu a seis feridos. Dois alunos do Mackenzie também se machucaram. Na rua, os estudantes da USP apupavam os do Mackenzie: "Nazistas, gorilas!" E os mackenzistas revidavam: "Guerrilheiros fajutos!" As 2 da tarde a reitora do Mackenzie, Esther Figueiredo Ferraz, pediu uma tropa de choque — 30 guardas-civis — para "proteger o patrimônio da escola". Quando a polícia chegou, os estudantes se dispersaram. Houve uma trégua.

Todos na defesa — Durante a noite as duas escolas discutiram a briga em assembléias. E tanto um grupo como o outro chegou à mesma posição: organizar a defesa para o dia seguinte e só atacar se atacado. A assembléia da USP declarou que não queria lutar contra o Mackenzie, mas contra o CCC. No dia 3, quase às 9 horas da manhã, um grupo de rapazes saiu pelo portão de ferro do Mackenzie, correu até a entrada da Faculdade de Filosofia e arrancou uma faixa suspensa entre as duas colunas. Dizia a faixa: CCC, FAC e MAC = Repressão. E mais abaixo: Filosofia é Mackenzie contra a Ditadura. Os dizeres insinuavam união das duas escolas contra a "ditadura" e as organizações de extrema direita. Ao arrancá-la, os mackenzistas repudiavam a pretendida unidade. E para que isto ficasse bem claro, às 9 e meia tomaram mais duas faixas dos alunos da USP. Foi o fim da trégua. Novamente a pequena rua estremeceu com a explosão de rojões, bombas, tiros, vidraças quebradas por tijolos e barras de ferro. Labaredas de fogo subiam pelas paredes lambendo o rebôco e deixando um rastro negro de fuligem. Guardas-civis protegiam o Mackenzie — ainda a



Rua Maria Antônia: frente a frente, as idéias de duas universidades.



Morte do secundarista: estudantes socorrem José Guimarães, baleado na cabeça.

pedido da reitora — armados de metralhadoras, fuzis e cassetetes tamanho-família. Luís Travassos e Édson Soares, respectivamente presidente e vice-presidente da ex-UNE, somados a José Dirceu, presidente da ex-UEE, comandavam a resistência da Filosofia.

Todos no ataque — Por volta de meio-dia, centenas de curiosos e colegiais que vinham das aulas da manhã, aglomeravam-se nos dois extremos da Rua Maria Antônia. Aproveitando a presença dessa platéia, os universitários da USP, com saquinhos de papel na mão, pediam dinheiro "para comprar material de guerra". Grupo de alunas de um colégio próximo subiu num monte de material de construção. Entre elas estava uma menina de quinze anos, com uniforme da quarta série ginasial do colégio "Des Oiseaux" e óculos escuros. Ficou ali quase uma hora, até o instante em que três policiais avançaram sobre um grupo de estudantes que havia lançado pedras contra eles. Um dos policiais puxou o revólver e atirou para o ar. Um aluno da USP jogou-se contra ele, de mãos abertas, forçou o braço do soldado para trás e tentou tomar-lhe o revólver. Dois outros soldados começaram a dar tiros no chão. Um estudante foi ferido na perna: Jorge Antônio Rodrigues, do terceiro ano de Economia. Foi o primeiro choque entre polícia e estudantes na quinta-feira. Um capacete de aço que tombou na luta foi levado como troféu para o interior da Faculdade. Nessa hora, a platéia debandou. A menina de óculos escuros quase levou um tombo. Era a filha do Governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré. Logo depois, uma sirena gritou na rua. Os estudantes pensavam que a polícia estivesse investindo, mas era uma ambulância que ia buscar o rapaz atingido no rosto por um rojão, aluno do Mackenzie. Nessa escola, alguém ensinava como preparar bombas Molotov (segundo alguns alunos, foram atiradas mais de mil contra os estudantes e o prédio da USP). Nos rojões de vara eram adaptados vidros com gás lacrimogêneo, que iam rebentar no interior das salas da USP. Ácidos de cheiro muito forte e enjoativo eram lançados da mesma maneira. Foram instalados fios elétricos nos portões de ferro e grades do Mackenzie. Quem tocasse ali seria eletrocutado. As vidraças quebradas da USP eram substituídas por tapumes de madeira. Mas a tropa de choque da Faculdade de Filosofia havia acumulado às 14 horas um monte alto de pedras e duzentos rojões. Uma garrafa Molotov estourou sobre os fios de alta tensão que cruzavam a linha de fogo, queimou um deles e de repente espocaram estalos e faíscas esverdeadas pela rua. Mais correria, mais gritos, mais palavrões. Do Mackenzie saíram bombas de gás lacrimogêneo que deto-



José Dirceu e Travassos: os líderes estão cansados.
A camisa de José Guimarães: bandeira na passeata.



naram na rua e na entrada da Faculdade de Filosofia. Um edifício em construção, ao lado do Mackenzie, foi ocupado pelos mackenzistas.

Desordem, feridos — Boatos e notícias contraditórias circulavam. A polícia invadirá as duas escolas, diziam uns. Outros negavam, mostravam-se mais sábidos: virá o Exército. "Por que seria a polícia? Se ela quisesse, já teria tomado alguma providência. Não iria ficar parada, assistindo de camarote a essa insensatez dos estudantes", dizia um velho, numa esquina. Para o General Sílvio Corrêa de Andrade, chefe do Departamento de Polícia Federal em São Paulo, tôdas as providências cabiam à polícia do Estado. "O que ocorre na Rua Maria Antônia é desordem, briga, e não manifestação política", dizia êle. Muitos alunos do Mackenzie feriram-se por acaso. Quando corriam por cima dos prédios para escapar das pedradas, sentiam as telhas cederem sob seus pés. Caíam então de uma altura de quase dois metros, desabando no assoalho do último andar. Um quebrou a clavícula, outro o nariz e um terceiro cobriu-se de escoriações. Por volta das 13h30 chegou um carro-tanque com seis bombeiros, a pedido dos alunos da USP. Estacionaram na Rua Dr. Vila Nova e começaram o combate aos focos de incêndio que se multiplicavam pelo prédio da Faculdade de Filosofia. José Dirceu soltava frases de efeito: "As violências da direita estão sendo respondidas pela violência organizada do povo e dos estudantes", ou "Vamos esmagar a reação."

De repente, a morte — Perto do edifício em construção, tomado por alunos do Mackenzie, um grupo de secundaristas recolhia pedras para a USP. Na Rua Dr. Vila Nova ecoaram gritos e para lá correram muitos estudantes. Que era? Um aluno da Faculdade de Direito do Mackenzie, João Parisi Filho, halterofilista e desenhista, que teve trabalhos expostos na última Bienal de São Paulo. "Êle é do CCC", comentava-se. Cerca de oitenta estudantes da USP rodearam Parisi berrando: "Lincha! Mata o canalha!" O rapaz tinha um revólver. Tomaram-no. Depois, aos tapas, conduziram Parisi ao prédio da Faculdade de Economia da USP. (Quando à noite êsse prédio foi tomado pela Fôrça Pública, o presumível agente do CCC foi detido com os demais estudantes e encaminhado ao DOPS.) O trabalho dos bombeiros não parava. Rojões estouravam intermitentemente na Rua Maria Antônia. Súbito, defronte à Faculdade de Filosofia, um estudante com os braços abertos e quase se ajoelhando na calçada berrou: "Ambulância, ambulância, por favor". E atrás dêste vieram mais rapazes carregando um jovem de cabelos prêtos que tinha a camisa de linho branco tinta de sangue. Era José Guimarães, aluno do Colégio Marina Cintra, terceira série ginásial, vinte anos. Pintava nas horas vagas. Tinha mãe viúva. Ao passar pela Rua Maria Antônia resolveu ajudar os universitários. Recolhia pedras para a USP. Uma perua dos "Diários Associados" levou-o para o Hospital das Clínicas. Mas José Guimarães morreu no caminho. Na Maria Antônia

êle deixou revolta e manchas de sangue. Laudo da autópsia: "A bala é de calibre superior a 38 ou de fuzil. Havia seis ou sete pedaços de chumbo no cérebro. O tiro entrou 1 centímetro acima da orelha direita e saiu à altura da linha mediana da cabeça, atrás, ligeiramente à esquerda. A bala fez um percurso de cima para baixo, em sentido oblíquo". Quem atirou? Ninguém sabe.

A briga prossegue — Ao saber da morte do estudante secundário, José Dirceu subiu num monte de tijolos, cadeiras, corrimãos de escada e paralelepípedos, que servia de barricada, fez um comício-relâmpago. "Não é mais possível mantermos militarmente a Faculdade. Não nos interessa continuar aqui lutando contra o CCC, a FAC e o MAC, êsses ninhos de gorilas. Um colega nosso foi morto. Vamos às ruas denunciar o massacre. A polícia e o exército de Sodré que fiquem defendendo a fina flor dos fascistas. Viva a UNE, abaixo a reação!" Então concebeu uma nova imagem e desfechou: "Jorge, o rapaz morto, é um segundo Édson Luís (o secundarista que morreu no restaurante do Calabouço, na Guanabara). Vamos às ruas!" Com essa oratória José Dirceu conseguiu pôr a maioria dos assistentes em posição de passeata. "Não é Jorge, é Dionísio" cochichou uma estudante à colega. Ninguém sabia direito o nome da vítima. Às 3 e meia uma janela se abriu no prédio da USP, e através dela um aluno gritou: "Estão contentes? Vocês já mataram um". Só assim os mackenzistas souberam da morte de um adversário.

Os estudantes não ouviam os seus líderes

Na hora de lutar, a diferença entre os pensamentos de dois líderes estudantis: José Dirceu, presidente da ex-UEE, conhecido como organizador, providenciava pedras, garrafas, rojões; Luís Travassos, presidente da ex-UNE, conhecido como radical, atirava as pedras, as garrafas, acendia os rojões contra a Universidade Mackenzie, quarta e quinta-feira passadas. José Dirceu coordenava a defesa da Faculdade de Filosofia, ia à frente de luta, voltava para dentro do prédio. Luís Travassos lutava, conclamava o povo a participar. No dia seguinte, as posições invertidas: José Dirceu pelas ruas, comandando uma passeata em que foram incendiadas quatro viaturas policiais; Luís Travassos chegando no começo da noite à Filosofia e ordenando a retirada dos que ainda combatiam. À noite, cansados, os dois gritavam sem conseguir dominar uma assembléia nervosa, inquieta. Os dois pediam silêncio, tentavam controlar o ambiente. Atrás dêles,

grupinhos conversavam. À direita e à esquerda, também. À frente, só os que estavam sentados mais próximos prestavam atenção àqueles que são considerados, atualmente, os dois líderes estudantis mais importantes do Estado de São Paulo.

SÃO BONS LÍDERES? — Na assembléia feita no CRUSP (Conjunto Residencial da USP), José Dirceu e Luís Travassos eram dois líderes fracos e fatigados. Junto com êles, à mesa que precariamente dirigia os trabalhos, um outro líder considerado importante, também candidato à presidência da ex-UNE: Édson Soares, o peito ainda dolorido por uma pedrada. Naquela noite de quinta-feira, nenhum dos três parecia ter fôrças políticas nem capacidade de liderança suficientes para decidir por todos os estudantes brasileiros fiéis à ex-UNE. José Dirceu, paulista, 22 anos, estudante de Direito, tem como arma política sua capacidade de or-

ganização — e, principalmente, o apoio de Vladimir Palmeira, atualmente o mais conhecido de todos os líderes estudantis. Édson Soares, mineiro, estudante de Engenharia, vice-presidente da ex-UNE, é o mais fraco, eleitoralmente, dos três candidatos à presidência. Acredita-se que êle venha a retirar sua candidatura em benefício de José Dirceu (os dois pensam de maneira semelhante). O terceiro candidato, representando a linha radical de pensamento de Luís Travassos, é um carioca de 22 anos, estudante de Química: Jean Marc Van Der Weig, o último dos líderes travassistas fora da cadeia — mas êle está foragido, condenado a dois anos de prisão por ter incendiado uma viatura policial no Rio, no primeiro semestre dêste ano. O 30.º Congresso da ex-UNE foi marcado oficialmente para os dias 18, 19 e 20. Mas parece que a informação oficial foi divulgada apenas com a intenção de despistar.

Também não entenderam a morte. Uns diziam que tinha sido uma bomba Molotov, outros, que foram tiros da polícia. Quem havia morrido não interessava. Toda a atenção deveria voltar-se para a pontaria das pedradas, que continuaram, mesmo depois de oitocentos estudantes da USP saírem em passeata.

Queimar, quebrar — Os estudantes ganharam a cidade em dez minutos. Arancaram um pano vermelho da traseira de um carro-guincho e com ele fizeram uma bandeira. Em seguida, cercaram um Aero-Willys com chapa branca da Prefeitura Municipal de Santo André (cidade dos arredores de São Paulo), obrigaram o chofer, prêto e gordo, a correr, quebraram todos os vidros do automóvel e amassaram a carroceria. Vinte metros adiante, rodearam um Volkswagen da polícia. Com pedaços de ferro nas mãos, dirigiram-se ao motorista: "Com licença, nós vamos pôr fogo no seu carro". O policial abandonou o automóvel e ficou a distância entre os espectadores. Os estudantes tomaram o carro e atearam fogo.

Depois incendiaram um Aero-Willys da Fôrça Pública de São Paulo. Iluminados pelas chamas que subiam a 20 metros de altura, José Dirceu e Édson Soares fizeram discursos "denunciando o assassinato de um colega e oferecendo solidariedade aos bancários que, em greve, resistem à opressão". Aproveitando o congestionamento do trânsito, as mças da passeata dirigiam-se aos automóveis parados, pedindo dinheiro para "a resistência" e anunciando a morte do companheiro. Minutos depois queimavam mais um Volkswagen da polícia. As chamas ameaçavam um ônibus; os passageiros o abandonaram apavorados, enquanto uma perua Rural-Willys da chefia policial era depredada. Do alto

de alguns prédios caíam papéis picados. Na Praça da Sé, ponto central de São Paulo, um Aero-Willys da Polícia Federal foi depredado; os transeuntes gritavam, corriam. Uma senhora desmaiou e foi carregada até a Catedral. A passeata dirigiu-se para o Largo de São Francisco, onde fica a Faculdade de Direito, contra a qual foram lançados paus e pedras. José Dirceu fez novo discurso. De lá os estudantes correram para a próxima Praça das Bandeiras, onde surgiu um caminhão com doze homens da Fôrça Pública. Os estudantes fugiram aos gritos. Seis jornalistas foram presos.

É uma estupidez — Na Rua Maria Antônia a batalha arrefecia. No prédio da USP sobravam poucos estudantes. Algumas partes do teto ruíam. As 18h30, Luís Travassos, o presidente da ex-UNE, entrou na Faculdade de Economia dizendo: "É preciso desmobilizar isso. Daqui a pouco não temos mais munição, o prédio pode ser invadido, vai ser um massacre." Os mais atirados queriam ir buscar o corpo de José Guimarães. "E que vamos fazer com o corpo aqui dentro?", perguntou Travassos dando de ombros. As 20h30, José Dirceu apareceu com uma camisa suja de sangue. Subiu numa janela e, cercado por fotógrafos e cinegrafistas, teve um gesto dramático: "Colegas, esta camisa é do nosso companheiro morto pelas fôrças da repressão. Vamos todos para a Cidade Universitária. Haverá assembleia." Duzentos e quarenta soldados da Fôrça Pública, cem cavalarianos, dois tanques e cinquenta cães amestrados começaram a chegar na Rua Maria Antônia e vizinhança. O Mackenzie foi ocupado sem problemas, mas alguns estudantes ainda atiravam bombas Molotov contra o velho prédio da USP e pedras caíam sobre os jornalistas que tentavam se aproximar.

Um repórter da "Tribuna da Imprensa" do Rio de Janeiro foi ferido na cabeça. A Faculdade de Filosofia também foi ocupada. Nela estavam apenas alguns professores e alunos, fechados numa sala para redigir um manifesto sobre os acontecimentos. Os mackenzistas cantavam o Hino Nacional e davam vivas. A reitora Esther Figueiredo Ferraz apertou a mão de alguns funcionários e estudantes. E os estudantes gritaram: "Vamos tomar uns chopos para comemorar a vitória". E foram beber.

Quem venceu? — Enquanto o corpo de José Guimarães era velado pela mãe, a irmã e o irmão, sob forte proteção policial, enquanto os alunos da USP discutiam o que fazer no dia seguinte e os mackenzistas bebiam, o diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, Professor Eurípedes Simões de Paula, observava que "o prédio da Maria Antônia não tem condições de funcionar até o fim do ano". As aulas serão transferidas para a Cidade Universitária. "Já deveríamos ter saído antes", observou Erwin Rosenthal, o diretor que vai à Europa. Com isso o Mackenzie ganhava o domínio da Rua Maria Antônia. A briga entre as duas escolas é muito antiga e cheia de crises. A principal foi em 1964, quando o CCC sentiu-se fortalecido com a mudança de regime e invadiu a Faculdade de Filosofia quebrando vidraças, móveis e espancando estudantes. Em 1966, quando Luís Travassos foi eleito presidente da ex-UEE, repetiu-se a invasão e foi destruída a urna de votação. Em 1967, quando José Dirceu substituiu Travassos, houve outras brigas. Mas há alunos do Mackenzie contrários a seus colegas da chamada "tropa de choque". E na passeata de uma hora feita na tarde de sexta-feira por cerca de 4 mil pessoas em sinal de protesto pela morte de José

Guimarães (um protesto contra quem?), apareceu uma faixa: "O Mackenzie se Une às Outras Escolas e Repudia a Colaboração dos Professores na Fabricação de Armas Assassinas". Nessa passeata, que acabou sendo dissolvida a bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, José Dirceu declarou que "a UNE e a UEE derrotaram o CCC, o FAC e o MAC em quatro assembleias lá dentro do Mackenzie". A União das Mães de São Paulo, que apoiou a passeata, pediu aos estudantes que se manifestassem pacificamente. "Violência gera violência", disse a oradora da União. Os estudantes não gostaram da advertência. Um côro interrompeu o discurso: "Povo armado derruba a ditadura", gritaram. A senhora não perdeu a coragem. Uma mocinha deu-lhe apoio: "Muito bem". Mas o estímulo caiu no silêncio. A União das Mães tomou uma decisão na hora: "Retiramos nosso apoio se vocês não fizerem essa passeata pacificamente". Mas não houve paz. Alguns estudantes quebraram vidraças do First National City Bank, outros viraram e queimaram um carro. Às 20 horas — duas horas após o desbaratamento da manifestação —, uma perua da Fôrça Pública foi atacada num ponto distante do roteiro da passeata. Luís Travassos e José Dirceu estavam cansados e unidos. A camisa manchada com o sangue de José Guimarães foi carregada como um estandarte. Ninguém — exceto parentes e policiais — pôde ir ao enterro desse moço assassinado numa batalha absurda. O sepultamento marcado para as 16 horas de sexta-feira foi às 13 horas, no Cemitério do Araçá. Os moços da ex-UNE querem fazer dessa morte um caso político de repercussão nacional e anunciam mais passeatas. A que pode servir tudo isso? O irmão do morto diz que talvez sirva a alguma coisa, um dia. Que coisa? ○

O ESTADO DE S. PAULO



Costa e Silva e Sodrê: o Governador também fala de golpe ao Presidente.

NÃO HÁ CRISE

O aniversário do Presidente Costa e Silva coincidiu com novos boatos de conspiração: "O Poder Legislativo só desaparecerá quando me eliminarem", declarou.

Os fatos foram um difícil presente de aniversário para o Presidente Costa e Silva, quinta-feira passada, quando comemorava 66 anos e ganhava um banquete da Arena paulista. Em São Paulo, onde permaneceu 28 horas e fez três discursos, declarava que "não me atemorizam as eventuais brumas que possam toldar os céus brasileiros, circunstancial e episódicamente". Pouco depois, dois homens que não são seus adversários transmitiam-lhe novos temores. No Rio, o Presidente da Câmara dos Deputados, José Bonifácio (Arena mineira), denunciava a campanha de um grupo terrorista para fechar o Congresso; o Presidente do Senado, Gilberto Marinho, viajava para o Rio a fim de fazer idêntica comunicação a Costa e Silva, enquanto oficiais da Aeronáutica eram acusados como líderes desse grupo radical. E em São Paulo, onde o Presidente estava ganhando, no aeroporto, três cestinhas cheias de flores de uma mulher do povo, um estudante caía morto em frente à Faculdade de Filosofia, durante conflitos entre dois grupos de universitários. No dia anterior, o Cardeal Dom Agnelo Rossi recusava aceitar do Presidente a Ordem Nacional do Mérito, para evitar

"atrito com alguns de seus diocesanos", como explicou a nota oficial da Cúria.

Defesa — O Presidente procurou imediatamente bloquear o impacto desses acontecimentos, principalmente a repercussão das denúncias de Gilberto Marinho e José Bonifácio. Depois de conversar com os dois, sexta-feira, no Palácio das Laranjeiras, no Rio, reafirmava sua fidelidade ao regime: "O Poder Legislativo só desaparecerá quando me eliminarem", declarou.

Transmitiu seu profundo respeito pelo Congresso e "deu-nos tranqüilidade", segundo contou o Deputado José Bonifácio. "O Presidente", disse êle, "concordou que tais fatos são inaparáveis e o único antidoto é esta reação generalizada que procuramos fazer, denunciando o plano extremista à opinião pública." Meia hora antes de receber os presidentes da Câmara e do Senado, o Presidente já tinha nas mãos um dossiê pormenorizado do Brigadeiro Márcio de Souza Melo, Ministro da Aeronáutica. O Ministro leu para o Chefe da Casa Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, General Jaime Portela, os principais trechos do documento. Conclusão dessa visita: "Não há nenhuma crise na Aeronáutica". José Bonifácio e Gilberto Marinho, dois homens muito prudentes, levaram seus temores ao Presidente porque ficaram impressionados com as denúncias recolhidas pelo MDB, segundo as quais alguns militares usariam o Para-Sar (unidade de salvamento da Fôrça Aérea) para fins políticos: eliminação de opositores "incômodos", cassados "irrecuperáveis" e estudantes "subversivos". Dois nomes es-

FOLHA DA TARDE



tão no centro das denúncias; de um lado, o Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, chefe da rebelião de Aragarças em 1959 e revolucionário de 1964, acusado de mobilizar o Para-Sar para o terrorismo; de outro, o Brigadeiro Itamar Rocha, exonerado sem explicação da Diretoria de Rotas Aéreas, órgão que controla as operações de salvamento da FAB.

Documentos e versões — O documento de José Bonifácio e Gilberto Marinho e o dossiê do Ministro da Aeronáutica são contraditórios. Os parlamentares denunciaram, o Brigadeiro nega o fundamento das denúncias. Quem primeiro contou a história da mobilização do Para-Sar para fins terroristas foi o Deputado Maurílio Ferreira Lima (MDB—Pernambuco), considerado atualmente um dos porta-vozes de João Goulart no Congresso. O Ministério da Aeronáutica respondeu a seu discurso com o desmentido de uma

ANTONIO ANDRADE



Ministro Souza e Melo: tudo é paz.

nota oficial curta e formal, mas o assunto não morreu. Deputados da oposição insistiram na denúncia, anunciando que tinham em mãos "documentos pormenorizados". Segundo esses documentos, o Brigadeiro Burnier, o homem que criou e chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica, reuniu a equipe do Para-Sar para solicitar seu emprego na eliminação de subversivos. Os líderes "irrecuperáveis" seriam raptados e atirados ao mar de aviões, a 40 quilômetros do litoral. A denúncia coincidiu com a exoneração do Brigadeiro Itamar Rocha — que "se recusou a transformar o Para-Sar num órgão repressivo", segundo seus familiares — e com a punição de dois oficiais da unidade. Oficialmente, tanto a exoneração do Brigadeiro como a punição dos dois oficiais são atos de rotina.

Defesa e inquérito — As denúncias seguiram-se demonstrações de solidariedade: cerca de vinte brigadeiros e alguns oficiais do Exército anunciaram um manifesto em defesa do Brigadeiro Itamar Rocha, enquanto um grupo de oficiais da FAB fazia declarações à imprensa

desmentindo as acusações ao Brigadeiro Burnier. De um lado e de outro, há muita coisa difícil de entender. A coincidência da exoneração do diretor de Rotas Aéreas com a punição dos oficiais do Para-Sar é uma delas. Mas os amigos do Brigadeiro Burnier não admitem também que ele possa ser acusado de pretender eliminar o ex-Governador Carlos Lacerda, "se em 1964 os dois lutaram juntos nos jardins do Palácio Guanabara". E estranham também o envolvimento do Para-Sar — "uma equipe de elite de 153 homens treinados, sobretudo para salvamento nas selvas".

Equilibrar — Em São Paulo, antes do desenvolvimento desses episódios, o Presidente Costa e Silva esteve como sempre: de terno e gravata escuros, bem humorado e tranquilo. Politicamente, agradou aos homens da linha dura, mas não desesperançou aos que desejam ver uma abertura política para o poder civil. No QG do II Exército defendeu as Forças Armadas "das provocações já intoleráveis que lhes são freqüentemente dirigidas", disse que "elas constituem uma de nossas classes produtoras, porque produzem aquilo que mais vale, a Segurança Nacional", e reiterou sua fidelidade às Forças Armadas: "Tudo o que fui e tudo o que sou, devo ao Exército". O próprio Presidente, no almôço oferecido pela Arena, proclamou-se radical, "porque é radicalmente contrário àqueles que pretendem destruir o já valioso patrimônio moral e político construído depois da Revolução de 1964". Mas logo adiante procurou tranquilizar os liberais: seu radicalismo visa apenas evitar a volta "a um passado torpe que os revolucionários apagaram". Os outros "radicais" (distinção feita pelo próprio Presidente, aludindo às denúncias do Governador paulista Abreu Sodré) que pretendessem endurecer o regime não seriam atendidos. Ainda para equilibrar os pronunciamentos, insistiu na vitalidade da Arena, "cuja solidez e lealdade têm sido a base de toda a obra administrativa que o Governo vem realizando", e iniciava sua oração, no banquete, com uma pergunta que respondia a indagações de Abreu Sodré e não estava contida no discurso escrito: "Por que ditadura, se estamos perante uma das maiores demonstrações políticas do País?" No fim, Costa e Silva apagou uma vela simples colocada no meio de um bôlo todo branco, levando depois dos três pronunciamentos o mesmo impasse que carrega em seu Governo: é inquietado por denúncias de golpe, pelo acirramento dos estudantes e do clero, e vai tentando neutralizar os lados para prosseguir na tarefa a que se propôs, conforme ele mesmo insiste sempre, com obstinada paciência — uma obra administrativa indiferente aos choques da política.

PRESSÃO MORAL

D. Helder e D. Agnelo querem fazer uma revolução no Brasil. Para lutar ao lado deles é preciso acreditar na força da não-violência: esta é a sua arma.

Na mesma hora em que Dom Helder Camara lançava num colégio do Recife o movimento Ação Justiça e Paz, quarta-feira passada, o Cardeal Agnelo Rossi apoiava em São Paulo a Ação Coletiva pela Justiça e recusava a medalha da Ordem Nacional do Mérito, que receberia das mãos do Presidente da República. Uma nota oficial explicou que o Cardeal agiu por razões pastorais, já que "setores católicos" davam à distinção um sentido mais político e partidário que cívico e patriótico. O advogado Mário Carvalho de Jesus, líder sindical, fundador da Ação Coletiva pela Justiça, esclareceu que Dom Agnelo agia dentro do programa do novo movimento, convencido pessoalmente por ele a recusar a medalha de Costa e Silva. O gesto é interpretado como uma pressão moral sobre o Governo: deveria mostrar que o Cardeal não está de acordo com a estrutura atual brasileira e com a expulsão do País do padre-operário francês Pierre Vauthier, por ter participado de uma greve numa fábrica de Osasco.

Uma idéia, várias formas — Embora com nomes diferentes, os movimentos de São Paulo e do Recife pretendem a mesma coisa: transformar por métodos não violentos as estruturas políticas, econômicas e sociais da América Latina. Partem da tese de que existe uma violência instalada no continente, contra a qual é preciso tomar atitudes concretas, mas não violentas. Ao pregar suas idéias pela primeira vez, na assembléia-geral dos bispos, em julho, Dom Helder chamou o movimento de Pressão Moral Libertadora. Esse nome mudou para Ação Justiça e Paz, ganhando o apoio de mais 43 bispos brasileiros, e surgiu em São Paulo como Ação Coletiva pela Justiça.

ANTONIO ANDRADE



Dom Agnelo: o sentido de um gesto.

CLODOMIR BEZERRA



Esse movimento é para todos os que acreditam no valor do homem: 600 pessoas ouviram Dom Helder no Recife.

A escolha do nome foi muito discutida, porque o objetivo era o de criar um movimento aberto a adesões vindas de todas as partes. Os fundadores do movimento acham conveniente lançá-lo com nomes diferentes em várias partes do Brasil, para facilitar seu trabalho e fugir a possíveis repressões. Na defesa da mesma idéia, os métodos poderão variar de acordo com as circunstâncias. Em todo caso, pretende-se demonstrar que a atitude de não-violência é prova de ação e coragem e não de passividade e fraqueza.

Os exemplos de fora — Citam-se como exemplos os líderes de lutas não violentas em outros países. Gandhi tornou-se a figura-símbolo do movimento. Ao lado dele são lembrados o pastor negro Martin Luther King, que pagou com a vida a defesa de suas idéias, e o arquiteto italiano Danilo Dolci, há vinte anos adversário principal da Máfia e da violência na Sicília. Como aconteceu a Gandhi, Luther King e Danilo Dolci, os defensores da ação não violenta no Brasil acham que terão de correr riscos e, se preciso, enfrentar a prisão e a morte. Uma decisão do movimento: quando um membro da Ação Justiça e Paz e da Ação Coletiva pela Justiça for preso, todos os outros irão em massa à prisão prestar

solidariedade. "Pode-se prender um ou cinco, mas dificilmente haverá lugar nas cadeias para cinquenta ou cem", raciocinam os teóricos da não-violência. Mário Carvalho de Jesus lembra que, em 1960, a polícia não teve coragem de agir contra os operários, quando cinquenta deles demonstraram que estavam dispostos a morrer, mas não a ceder, na greve da fábrica de cimento Perus.

As intenções do Cardeal — Dentro do estilo de luta do movimento Ação Coletiva pela Paz, a recusa da Ordem Nacional do Mérito pelo Cardeal Rossi deve ser interpretada exatamente como uma ação transformadora não violenta. Quem diz isso é Mário Carvalho de Jesus. Além de recusar a medalha da Ordem Nacional do Mérito, o Cardeal deixou de celebrar no Palácio Episcopal a missa de ação de graças pelo aniversário do Presidente da República: viajou uma hora antes para o Acre, a fim de inaugurar um hospital. A viagem precipitada do Cardeal aumentou o mal-estar na comitiva presidencial, mas não houve explicações oficiais.

Grupos de quinze — A vantagem da não-violência sobre os movimentos violentos, segundo os teóricos de São Pau-

lo, é de não precisar recorrer como estes à clandestinidade. Os bispos que assinaram o Pacto da Ação Justiça e Paz, com centro no Recife, não pensam bem assim. Seus nomes foram divulgados, mas ficaram secretas as listas dos outros membros do movimento. Dom Helder está formando grupos de cinco a quinze pessoas cada um, que agirão em cada paróquia e cada diocese. Apesar da liderança dos bispos, não é necessário ser católico para entrar na Ação Justiça e Paz: até os ateus podem aderir, contanto que tenham boa vontade e acreditem na força do amor sobre a violência. No lançamento no Recife, o discurso de Dom Helder foi acompanhado de músicas populares engajadas ("Andança", "Sina de Caboclo", "Funeral de um Lavrador") e de encenações sobre a vida do trabalhador. Está no programa do movimento interessar outros compositores a inspirarem músicas em artigos da Declaração dos Direitos do Homem. Mas esse programa será estudado e às vezes improvisado de acordo com as circunstâncias. Próxima solenidade marcada por Dom Helder Camara: no Dia de Finados, os 43 bispos do movimento vão promover uma cerimônia nos cemitérios, em homenagem a anônimos "mártires da liberdade".